



**A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL
URBANA EM CORNÉLIO PROCÓPIO (PR)
A PARTIR DO MÉTODO REGRESSIVO -
PROGRESSIVO DE HENRI LEFEBVRE**

Coaracy Eleutério da Luz  

Docente na Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus de
Cornélio Procópio

Contato: coaracyluz@uenp.edu.br

Como citar: LUZ, C. E. A segregação socioespacial urbana em Cornélio Procópio (PR) a partir do método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre. **Revista Formação (Online)**, v. 29, n. 54, p. 225-252, 2022.

Recebido: 06/04/2021

Aceito: 18/04/2022

Data de publicação: 02/08/2022

Resumo

No decurso da evolução urbana da pequena cidade de Cornélio Procópio no Norte Pioneiro Paranaense, identifica-se uma tendência segregadora quanto à implantação de suas formas espaciais. A segregação socioespacial, fenômeno urbano, amplamente estudado na Geografia Urbana brasileira, acentua as diferenças e as desigualdades espaciais, impossibilitando o reconhecimento do direito à cidade para a população segregada. Tendo como base analítica o método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre, objetivou-se entender a dinâmica segregacionista do recorte empírico. Desse modo, a análise sobre suas relações sociais de produção espacial aprofundou-se mediante a aplicação dos três momentos investigativos previstos pelo referido caminho teórico-metodológico. Foi possível inferir que a segregação marcou o crescimento urbano de Cornélio Procópio, e sua população segregada sofre o ônus deste processo.

Palavras-chave: Método regressivo-progressivo. Segregação socioespacial. Cornélio Procópio.

URBAN SOCIO-SPATIAL SEGREGATION IN CORNÉLIO PROCÓPIO (PR) FROM HENRI LEFEBVRE'S REGRESSIVE-PROGRESSIVE METHOD

Abstract

In the course of urban change in the small town of Cornélio Procópio in Northern Pioneer Region of Paraná, a segregating trend has been identified as to the implementation of its spatial forms. The social-spatial segregation phenomenon, widely studied in Brazilian Urban Geography, accentuates spatial differences and inequalities by making it impossible to honor the right to the city for segregated population. Taking Henri Lefebvre's regressive-progressive method as its analytical basis, the aim was to understand the segregationist dynamics of the empirical cut-off. Thus, the analysis of its social relations of spatial production was deepened by applying the three investigative stages foreseen by the aforementioned theoretical-methodological path. It could be inferred that segregation has characterised Cornélio Procópio urban growth, and its segregated population bear the brunt of this process.

Keywords: Regressive-progressive method. Socio-spatial segregation. Cornélio Procópio.

LA SEGREGACIÓN SOCIOESPACIAL URBANA EN CORNÉLIO PROCÓPIO (PR) A PARTIR EL MÉTODO REGRESIVO-PROGRESIVO DE HENRI LEFEBVRE

Resumen

En el transcurso de la evolución urbanística de la pequeña localidad de Cornélio Procópio en el Norte Pioneiro Paranaense, se identificó una tendencia de segregación en la implantación de sus formas espaciales. La segregación socioespacial, fenómeno urbano, ampliamente estudiado en la Geografía Urbana Brasileña, acentúa las diferencias y desigualdades espaciales, imposibilitando el reconocimiento del derecho a la ciudad para la población segregada. Teniendo como base analítica el método regresivo-progresivo de Henri Lefebvre, se tuvo como objetivo, comprender la dinámica de segregación desde el enfoque empírico. De esta manera, se profundizó el análisis de sus relaciones sociales de producción espacial a través de la aplicación de los tres momentos investigativos que brinda el referido camino teórico-metodológico. Se pudo inferir que la segregación marcó el crecimiento urbano de Cornélio Procópio, y su población segregada sufre el peso de este proceso.

Palabras clave: Método regresivo-progresivo. Segregación socioespacial. Cornélio Procópio.

INTRODUÇÃO

A produção e reprodução do espaço urbano nos moldes do capitalismo materializa-se historicamente e geograficamente de modo heterogêneo. Este reproduz continuamente diferentes formas espaciais para a constante acumulação desigual do capital. De tal modo, nos

espaços urbanos de economias capitalistas, a segregação socioespacial lhe confere uma propriedade intrínseca, visto que este fenômeno, no bojo do processo de urbanização concretiza espacialmente as desigualdades da sociedade classista. E, conseqüentemente, os arranjos espaciais urbanos são fracionados, e assim as frações deste espaço que não se conectam ou quase não se conectam mais, detém particularidades que lhes são inerentes.

Neste estudo objetiva-se reconhecer e averiguar a materialidade do fenômeno no espaço urbano do distrito sede de Cornélio Procópio, localizado na mesorregião geográfica do Norte Pioneiro Paranaense, estabelecendo-se uma relação entre a teoria lefebvriana e o referido problema de Geografia Urbana.

E para alcançar tal escopo utilizou os seguintes instrumentos de pesquisa: revisão bibliográfica, coleta de dados e informações estatísticas obtidas junto aos órgãos competentes, pesquisa documental, levantamento de informações in loco, elaboração de mapas, quadros tipológicos e gráficos.

Ao aplicar o método regressivo-progressivo, a linha de raciocínio acerca do problema foi construída através de seus diferentes momentos investigativos: o descritivo, o analítico-regressivo, e o histórico-genético ou regressivo-progressivo.

E assim o artigo estrutura-se a partir de duas seções, sendo a primeira, “O método regressivo-progressivo na leitura da produção do espaço em Lefebvre”, que tece algumas considerações sobre o aporte teórico-metodológico, e a segunda, “A aplicação do método regressivo-progressivo para análise da segregação socioespacial em Cornélio Procópio”, cujo assunto refere-se ao caminho da reflexão geográfica realizada com apoio do método lefebvriano. Em conformidade com o método de análise empregado, a segunda seção divide-se em três subtópicos relativos aos momentos: descritivo, analítico-regressivo e histórico-genético.

O momento descritivo - “A complexidade horizontal em Cornélio Procópio: a identificação e a descrição do real” - apresenta a descrição do objeto de estudo, daquilo que se observa, contudo, não se trata apenas de uma descrição empírica, pois esta orienta-se por uma informação teórica.

O momento analítico-regressivo - “A complexidade vertical em Cornélio Procópio: a decomposição do real” - trata da decomposição das relações sociais promovidas no âmbito do objeto de estudo, que são simultâneas e contemporâneas, mas também se verifica que estas coexistem, e são datadas distintamente.

E, por fim, o momento histórico-genético - “Dinâmica segregadora da produção urbana em Cornélio Procópio: compreendendo sua gênese, contradições e possibilidades para

construção do virtual” - discute a gênese das contradições e identifica as possibilidades ainda não realizadas, ao se considerar a interação entre as temporalidades, recentes e antigas, seja subordinando-as ou integrando umas às outras.

O MÉTODO REGRESSIVO-PROGRESSIVO NA LEITURA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM LEFEBVRE

O método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre foi proposto pelo filósofo e sociólogo francês nos anos 1970 em sua obra *Du rural à l'urbain*, como uma alternativa aos estudos de sociologia rural. Segundo Ortigoza (2010) em razão de seu valor teórico-metodológico e de sua capacidade de ser adaptável, o método difundiu-se em diversas pesquisas de diferentes áreas das ciências sociais, dentre estas, as pesquisas em Geografia Urbana.

Pois, o pensamento lefebvriano permite aprofundar a reflexão sobre a sociedade urbana, à medida que ele entendia o espaço como produto e condição das relações sociais de produção, não somente refletindo sobre a produção, como também sobre a reprodução das relações sociais de produção, e, por conseguinte, contribuindo significativamente para a compreensão da realidade socioespacial (ORTIGOZA, 2010).

Para ele a realidade socioespacial caracteriza-se por uma dupla complexidade, a complexidade horizontal e a complexidade vertical, também podem se chamar histórica, por que se entrecruzam, se entrecortam, e atuam uma sobre a outra (LEFEBVRE, 1978). Souza (2009) diz que a diversidade das relações sociais se indica através da análise da complexidade horizontal, a identificação do tempo de cada relação social ocorre por meio do desvendamento da complexidade vertical, e a partir daí estende-se em espacialidades e temporalidades que se desencontram e coexistem. Vieira (2002) explica que a partir desse ponto de vista teórico e metodológico da realidade, Lefebvre identificou “as distinções existentes no presente” (VIEIRA, 2002, p. 25) através da complexidade horizontal, e “as diferentes datas das relações no passado” (VIEIRA, 2002, p. 25) quando se analisa a complexidade vertical, e por meio de ambas é possível desvendar as aparências da realidade.

Assim, de acordo com Vieira (2002) tem-se o método regressivo-progressivo, que na perspectiva lefebvriana é capaz de identificar as diferentes temporalidades da história no presente, cuja análise do real sobrepõem-se à ideia de contemporaneidade das relações sociais. Ainda, o mesmo autor esclarece que se as relações sociais coexistem no presente, sua compreensão verdadeira exige a datação de sua gênese, de suas origens vinculadas a processos diferentes no passado.

Sendo essa, uma de suas incumbências, o método regressivo-progressivo, conforme Lefebvre (1978), inclui vários momentos e utiliza as técnicas auxiliares para efetuar-lo. O momento descritivo é a observação do objeto de estudo, não somente empírica, mas seguida de uma teoria geral, e com a utilização prudente de técnicas de pesquisa, quais sejam entrevistas, questionários, estatísticas etc. (LEFEBVRE, 1978). Complementando, Vieira (2002) afirma ser a descrição do visível e da complexidade horizontal da realidade.

O momento analítico-regressivo é a análise da realidade descrita, porém sem concluí-la totalmente, pois devem ser consideradas as contradições e as possibilidades, além disso nesse momento a realidade analisada é decomposta, e requer esforço para datá-la, já que cada relação social tem idade e data. Desse modo o que aparentemente mostrava-se simultâneo e contemporâneo no primeiro momento, revela-se como remanente de uma determinada época (ORTIGOZA, 2010). Então, investiga-se a complexidade vertical da realidade, verificando-se a coexistência das relações sociais e que estas datam desigualmente (VIEIRA, 2002).

No momento histórico-genético ou regressivo-progressivo busca-se o entendimento sobre a gênese das formações e estruturas investigadas do real, estudando as transformações por que estas passaram, e define-se um marco geral de transformação sem ignorar o processo em conjunto (LEFEBVRE, 1978; ORTIGOZA, 2010). Também se retorna ao presente descrito anteriormente, reencontrando-o, “porém elucidado e compreendido: explicado” (LEFEBVRE, 1978, p. 71).

Neste ponto deve-se ponderar a interação entre as estruturas, sendo que as estruturas recentes influenciam as antigas, pois estas últimas subordinam-se ou integram-se àquelas. Neste momento as contradições sociais manifestam-se como históricas, não sendo reduzidas unicamente a conflitos entre diferentes classes sociais, pois as ideias lefebvrianas sobre contradição, sugerem que os desencontros significam também desencontros de tempos, e por assim dizer, de possibilidades (ORTIGOZA, 2010).

Ainda Ortigoza (2010) explica que a necessidade de regressão apontada por Lefebvre, denota que para ele o presente não é capaz de esclarecer o real, sendo então necessário o retorno ao passado, na busca do marco de mudança. A mesma autora salienta que, embora, as extensões temporais sejam indispensáveis no momento histórico-genético, o regresso no tempo e a identificação das transformações ao longo da história não devem seguir necessariamente a ideia de sucessão de etapas históricas, pois tenciona-se resgatar “as temporalidades descontraídas e preexistentes” (ORTIGOZA, 2010, p. 161).

O percurso traçado por Lefebvre na tessitura do método regressivo-progressivo em seus três momentos investigativos, como explana Ortigoza (2010), envolve esforços reflexivos que

se assentam no método dialético de investigação, e para esta autora, assim “nos faz enxergar que por trás de toda a coerência que o modo de produção capitalista tenta passar há um processo rico em contradição se desenvolvendo” (ORTIGOZA, 2010, p. 161).

Ortigoza (2010) orienta que neste último momento do método regressivo-progressivo, necessita-se realizar um exame geral das transformações indicadas sob o enfoque das relações sociais de produção. Quanto ao marco de mudança já identificado, a mesma autora elucida que nesta fase, este deve reencontrar o presente, e além disso, as contradições surgidas devem ser explicitadas, tecendo as considerações finais acerca da problemática pesquisada.

Em suma, de acordo com Souza (2009, não paginado) o método regressivo-progressivo de Lefebvre “estuda as particularidades do presente a partir das heranças do passado, assim como indica possibilidades para o futuro”. Então para Souza (2009), seu percurso investigativo se inicia no presente para em seguida voltar ao passado, destacando eventos ocorridos e elucidativos para o presente, e finalmente realiza o movimento no sentido contrário para o momento atual com a finalidade de expor todas as possibilidades – virtualidades – tidas neste.

A APLICAÇÃO DO MÉTODO REGRESSIVO-PROGRESSIVO PARA ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CORNÉLIO PROCÓPIO

O método regressivo-progressivo aplicado ao recorte empírico analisado permitiu identificar as diversas relações sociais atinentes ao fenômeno em tela, ou seja, a segregação socioespacial urbana em Cornélio Procópio, partindo de uma breve fundamentação teórica conceitual até a descrição atual do problema estudado com a finalidade de examinar a sua complexidade horizontal. Na sequência busca-se o entendimento de sua complexidade vertical, objetivando compreender sua datação e coexistências no bojo das temporalidades analisadas. Finalmente, interessa-se por investigar sua gênese, processos, correlações, contradições e transformações com vistas para o desvendamento de suas possibilidades na atualidade.

A complexidade horizontal em Cornélio Procópio: a identificação e a descrição do real

A segregação, considerado um dos conceitos mais discutidos entre os teóricos das ciências sociais, se originou na formação do gueto de Veneza, onde os judeus estavam reclusos numa ilha, havendo muros e portas. A palavra segregação, etimologicamente, vem do latim *segrego* e remete-se à ideia de cercamento. Cientificamente, o conceito começou a ser empregado em estudos sociológicos da Escola de Chicago (VASCONCELOS, 2013).

Seguidamente, o conceito foi remanejado para outros tipos de análises, adicionando-se uma adjetivação – socioespacial – e denunciando o acesso desigual aos equipamentos coletivos em uma periferia menos equipada, como demonstraram os estudos franceses sobre o tema (VASCONCELOS, 2013). O processo de segregação remete-se ao uso residencial do espaço urbano, por isso o termo “segregação residencial”, empregado desde as origens do conceito. O que demonstra variadas formas de representação utilizadas na bibliografia pertinente ao tema (SPOSITO; GÓES, 2013). Neste estudo optou-se pelo conceito de segregação socioespacial, escolha que não se contrapõe ao entendimento de que este processo também se refere ao residencial.

Dentre as divisões relativas ao processo de segregação, a divisão por diferença no status hierárquico “reflete e reproduz as relações de poder na cidade” (NEGRI, 2008, p. 131). Essa divisão pode se expressar materialmente com a presença de um enclave, condomínio fechado, por exemplo, ou através da distribuição dos serviços públicos pelo Estado (NEGRI, 2008).

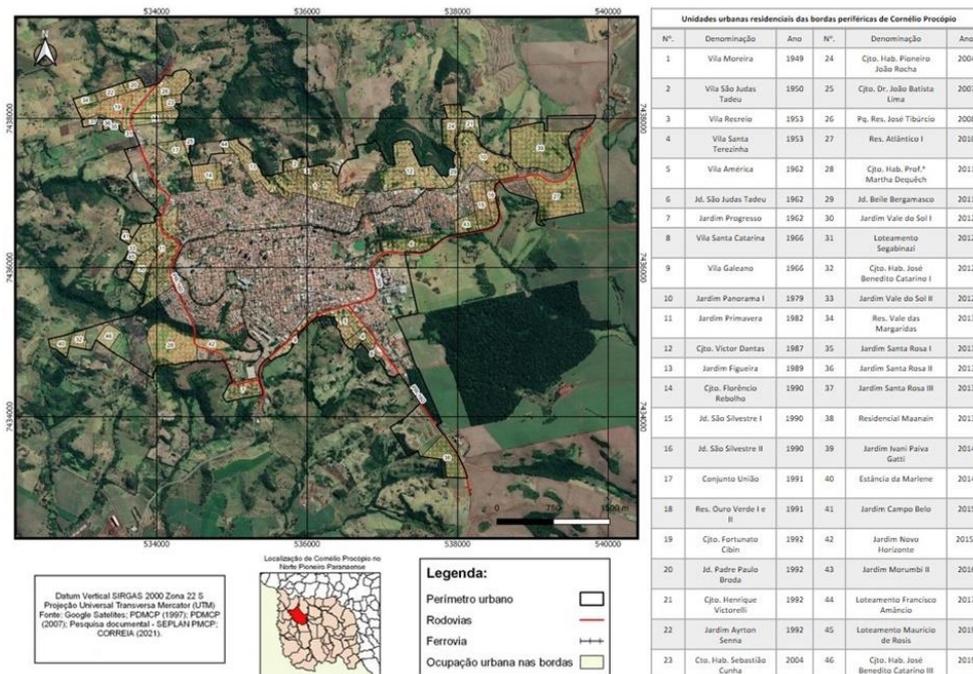
Ademais, o termo “socioespacial” adjetiva o conceito de segregação, ressaltando que este processo se manifesta social e espacialmente. Igualmente, denota-se a “natureza geográfica desse conceito, ou seja, não é possível pensar numa segregação apenas social, visto que ela é sempre expressa e determinada espacialmente” (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 281). A segregação resulta do acirramento das diferenças culturais, étnico, religioso, político, e das desigualdades socioeconômicas. E, quando tais diferenças atingem níveis de radicalismo extremos, ocasiona-se o não reconhecimento do direito à cidade (SPOSITO; GÓES, 2013).

De acordo com Carlos (2011) a produção do espaço ocorre nos planos econômico, político e social. No plano econômico desenvolve-se através da determinação do lucro. Já no plano político, o espaço se normatiza através do planejamento. E no plano social evidenciam-se os conflitos sociais, porque as necessidades para realização da vida humana contrapõem-se ao econômico e político, que na cidade expressa-se sob a forma da segregação que justapõe a morfologia social e a morfologia espacial ao produzi-la como segregação de modo estratégico. Assim, ao separar as práticas socioespaciais com vistas à reprodução social, delimitando um lugar para cada um, e com a finalidade de escamotear o conflito, criam-se “áreas homogêneas apoiadas em identidades de classe e, pretensamente, apartadas do todo social e da cidade” (CARLOS, 2011, p. 79).

Neste sentido, reconhece-se em Cornélio Procópio que a materialização das ações modeladoras do espaço urbano produziu-se de modo desregrado e desintegrador. E o fenômeno urbano da segregação socioespacial no recorte geográfico estudado decorre de tais ações. Desse modo, ressalta-se o exame necessário de algumas áreas residenciais que contém evidências da

tendência segregacionista na dinâmica urbana estudada. Estas condizem às unidades urbanas caracterizadas como as seções periféricas produzidas ou não em faixa descontínua do tecido urbano, onde identifica-se a ociosidade da atuação do Estado e, portanto, se expressam materialmente como áreas segregadas em que o acesso aos equipamentos urbanos mostra-se desigual (Mapa 1).

Mapa 1 - Ocupação urbana nas bordas periféricas de Cornélio Procópio (PR)



Fonte: Google Satélites; PDMCP (1997); PDMCP (2007); Pesquisa documental – SEMPLA PMCP (2020); CORREIA (2021). Organização e elaboração: A autora.

Quanto à morfologia espacial é possível ainda descrever a posição de tais unidades no contexto da malha urbana quanto ao fato de estarem mais ou menos integradas, ou seja, localizadas em faixa contígua ou descontínua à malha. No momento atual, espacialmente, observam-se unidades urbanas com uso residencial situadas nas bordas periféricas, tanto em faixa contígua, como em porção descontínua da malha urbana. A produção urbana em faixa descontínua, em destaque neste estudo, localiza-se atualmente nas porções noroeste, sudoeste e sudeste. Neste momento descritivo, nota-se que a maior parte destas unidades urbanas se situa na faixa contígua, e na faixa descontínua são 18 unidades. Nesses setores da cidade identifica-se o predomínio do uso residencial com a presença escassa dos equipamentos sociais urbanos e estabelecimentos comerciais, sobretudo, na área de ocupação mais recente.

Na porção descontínua à malha urbana, as unidades identificadas em Cornélio Procópio referem-se à produção urbana periférica de loteamentos residenciais abertos (8) e conjuntos habitacionais (10)¹ (Quadro 1).

Quadro 1 - Tipologia da produção urbana descontínua ao tecido urbano

N.	Denominação	Tipo de produção urbana	
		Conjunto habitacional	Loteamento residencial aberto
1	Jardim Padre Paulo Broda	X	
2	Conjunto Fortunato Cibim	X	
3	Jardim Ayrton Senna	X	
4	Parque Residencial José Tibúrcio	X	
5	Conjunto Habitacional Sebastião Cunha	X	
6	Jardim Santa Rosa I		X
7	Jardim Santa Rosa II		X
8	Jardim Santa Rosa III		X
9	Residencial Ouro Verde I	X	
10	Residencial Ouro Verde II	X	
11	Residencial Vale das Margaridas		X
12	Residencial Estância da Marlene		X
13	Conjunto Hab. José Benedito Catarino I	X	
14	Conjunto Hab. José Benedito Catarino III	X	
15	Conjunto Hab. Prof. ^a Martha Dequêch	X	
16	Residencial Maanain		X
17	Loteamento Segabinazi		X
18	Jardim Novo Horizonte		X

Fonte: Pesquisa documental – SEMPLA PMCP (2020). Organização e elaboração: A autora.

A tipologia destas envolve a presença de loteamentos residenciais abertos e conjuntos habitacionais. A respeito destes dois tipos de parcelamento do solo urbano para fins residenciais é fundamental assinalar sua diferenciação. Pois, o primeiro tipo corresponde aos loteamentos, cujos limites não são fechados, tratando-se de uma gleba dividida em lotes urbanos juridicamente autônomos. Neste tipo de empreendimento imobiliário, o proprietário fundiário do terreno, o loteador, é o responsável por dotá-lo com uma infraestrutura básica, qual seja, sistema viário, sistema de esgoto e eletrificação. Ainda perfaz a doação ao poder público municipal de determinada parcela do terreno para instalação de áreas públicas e áreas verdes, e obrigatoriamente, a sua gestão passa a pertencer à municipalidade. No tocante aos conjuntos habitacionais ou também chamados loteamentos populares, estes se remetem à construção de habitações sociais para as camadas sociais menos favorecidas, cujo acesso ao mercado

¹ Quanto ao uso residencial, nas bordas periféricas da malha urbana de Cornélio Procópio também existem condomínios residenciais horizontais fechados, caracterizando o processo espacial de autosegregação urbana, não abordado neste artigo.

imobiliário ocorre por meio da aquisição de imóveis com financiamento subsidiado através de políticas públicas habitacionais.

Em Cornélio Procópio, os conjuntos habitacionais, são empreendimentos que possuem como agente modelador o Estado por intermédio da ação de companhias de habitação, como por exemplo, a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), e de entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, como a Associação Pró-Moradia (APROMO), que atua como parceira junto ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Em Cornélio Procópio, a atuação da APROMO, indica a existência da modalidade “Entidades” que corresponde a faixa um do programa com atendimento para famílias de até 1.600 reais de renda mensal. Sobre o funcionamento desta modalidade, Rizek, Amore e Camargo (2018, p. 165) dizem o seguinte:

A produção dessa modalidade é contratada não por construtoras, mas por organizações populares, associações, cooperativas, que compõem o universo de “entidades” que se responsabilizam integralmente pela indicação das famílias e por todo o processo de produção – da pesquisa do terreno à entrega das chaves, passando pelo desenvolvimento e aprovações de projeto e execução das obras civis (RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2018, p. 165).

Este programa, conforme Maricato (2015), consiste em uma política pública, lançada no país em 2009 com propósitos de enfrentamento da crise econômica que se alastrava no mundo desde 2008. De acordo com a mesma autora, essa política habitacional foi promovida a partir de subsídios do governo federal, e seus efeitos estimularam a construção residencial no espaço urbano das cidades brasileiras, gerando assim um *boom* imobiliário no país.

Pois, o programa condicionou tal dinamismo de produção urbana, tendo como parceiros, grandes empresários do setor, normatizou a securitização de empréstimos, refletindo notoriamente os sinais de sua visão empresarial de política habitacional, que ignorou totalmente a necessidade de uma política fundiária, tendo como foco exclusivo, a construção de casas, sem qualquer exame prévio do conjunto do espaço urbano e de seus problemas infraestruturais preexistentes (MARICATO, 2015). Volochko (2018) também discute a implantação do PMCMV e suas consequências socioespaciais, e considera que essa nova produção imobiliária e seus produtos, podem ser compreendidos como uma forma de habitação popular de mercado, já que se compõem por “conjuntos massificados (horizontalizados ou verticalizados) de moradias com reduzida metragem, ocupando geralmente terrenos distantes, com pouquíssima infraestrutura e equipamentos urbanos no entorno imediato” (VOLOCHKO, 2018, p. 109). No estudo, o Conjunto Habitacional José Benedito Catarino (I e III), cuja instituição promotora é a Associação Pró-Moradia (APROMO), corresponde ao empreendimento imobiliário que utilizou recursos do PMCMV. Ambas as seções se caracterizam como conjuntos

horizontalizados, constituídos por moradias populares em localização periférica, com escassa infraestrutura urbana.

Ambas as unidades urbanas, loteamentos residenciais e conjuntos habitacionais, nas bordas periféricas da malha urbana apresentam desigual acesso aos serviços comunitários, entretanto, diferente dos loteamentos residenciais abertos existentes, os loteamentos populares apresentam infraestrutura urbana básica – vias de circulação, escoamento das águas pluviais, rede para abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, energia elétrica domiciliar – comumente em condições precárias. Há ainda as áreas institucionais, estas previamente definidas no projeto urbanístico de instalação, contudo, efetivamente tais funções não são possibilitadas por causa da ociosidade da atuação do poder público na maioria destes espaços, resultando, segundo Correia (2021) em ocupações irregulares. Neste caso, estas ocupações são adjacentes aos conjuntos habitacionais, em uma demonstração clara do significativo déficit habitacional presente na cidade.

No intuito de fornecer maior rigor à abordagem descritiva da complexidade horizontal do fenômeno estudado, neste trecho final aproxima-se de um fragmento da realidade segregada do Conjunto Habitacional José Benedito Catarino, um dos exemplos de segregação socioespacial em Cornélio Procópio, com os relatos que seguem.

Como uma das áreas residenciais distantes e necessitadas de infraestrutura urbana que seguiram e transpuseram as rodovias que cortam a cidade, e em faixa descontínua da malha urbana, corroborando a tendência segregadora do espaço urbano, o Conjunto Habitacional José Benedito Catarino, é uma das áreas em Cornélio Procópio que confirma esta tendência, pois situa-se em uma porção descontínua da malha urbana à oeste da rodovia PR-160, transpondo este eixo de comunicação rodoviária.

Relevou-se nesta análise espacial, a noção de paisagem, pois em concordância com Carlos (2008) o entendimento do espaço só pode acontecer através de sua manifestação formal e estudar a paisagem e seus elementos componentes consiste em seu ponto inicial. Logo para desenvolver o tema pesquisado partiu-se primeiramente das observações in loco em maio de 2019, e como explica Carlos (2008), buscando ultrapassar o nível da aparência da paisagem para identificar os elementos urbanos capazes de revelar e dimensionar a produção espacial contida nela. O Conjunto Habitacional José Benedito Catarino ocupa as bordas da malha urbana, sendo adjacente, a uma área que visivelmente está sendo preparada para um futuro loteamento residencial, ainda se avizinha do “antigo lixão” da cidade, e da Cadeia Pública de Cornélio Procópio.

Ao deslocar-se a partir da rodovia PR-160 até o Conjunto Habitacional José Benedito Catarino, passa-se ao lado da área residencial do Jardim Primavera, outra unidade urbana com habitações populares, e inicia-se a descida em direção ao vale do ribeirão Tangará. Ultrapassando o rio, logo após passar a ponte, começa-se a subir em um terreno com menor declividade, e então depara-se com a cadeia pública do lado esquerdo da rua com pavimentação recente e iluminada até este ponto.

A ponte sobre o ribeirão Tangará consiste na principal infraestrutura de acesso ao conjunto, sendo a única ligação desta área residencial ao restante da malha urbana, exprimindo um dos fatores que evidencia o fenômeno urbano da segregação socioespacial, e neste caso também residencial, nesta porção periférica, onde os equipamentos coletivos são menos presentes. A partir desse trecho foi possível observar do lado esquerdo da rua Gralha Azul, alguma movimentação da construção civil no local em função das obras da última parte do conjunto habitacional com algumas casas já edificadas e outras em processo de construção. E para demarcar o início desta área residencial, margeando a rua foram plantadas de forma enfileirada algumas palmáceas, numa tentativa de introduzir alguns poucos elementos paisagísticos para embelezamento do local, embora estas se encontravam escondidas pelo mato alto nas proximidades das seções I e II, esta última ainda não construída.

Do lado direito da rua percorrida existem pastagens em terras rurais, definindo o limite entre terras urbanas e terras rurais, e ao lado da cerca de arame farpado, embaixo de uma árvore improvisou-se um abrigo para parada de ônibus com um banco de tabuas. Mais adiante já se avista o restante do conjunto, onde situam-se as casas na primeira fase da construção, o Conjunto Habitacional José Benedito Catarino I. Dentre os componentes da paisagem urbana nesta parte do conjunto, mencionam-se as habitações populares em tons mais variados, diferente da seção I em que predominava o branco das casas construídas e o laranja daquelas em fase de edificação na seção III.

De acordo com Volochko (2018) por causa da velocidade da construção e da baixa qualidade dos materiais utilizados são recorrentes vários problemas construtivos nessas unidades habitacionais, e segundo o autor, “são reveladores da lógica que rege esse tipo de negócio, em que uma grande quantidade de imóveis deve ser produzida e comercializada o mais rapidamente possível, para que o investimento seja lucrativo” (VOLOCHKO, 2018, p. 109). Figurando tais problemas construtivos, no recorte empírico estudado, após recém inauguração do conjunto habitacional, aqui descrito, já se registrou reclamações de moradores em sítios locais na internet a respeito de descontentamento por causa de infiltração (TREVIZANI, 2015).

Estas moradias dispõem-se em quarteirões organizados no traçado urbano ortogonal, interligados por ruas que receberam uma camada de pavimentação de baixa qualidade, pois esta infraestrutura foi instalada recentemente e já apresenta inúmeras crateras e trechos em que o pavimento está totalmente destruído. No limite à oeste do conjunto, em que este se avizinha a um futuro loteamento residencial, há um canteiro central na rua e em parte deste foram plantadas algumas árvores e flores, por iniciativa dos próprios moradores. E no limite ao sul, com menos de 100 metros de distância, está o “antigo lixão”.

Entretanto, durante o levantamento das informações de campo, para investigação da paisagem foi possível perceber a cor cinza e o odor de fumaça proveniente do lixão, que na prática não se encontra desativado. Na direção leste, isto é, no sentido inverso do caminho até o conjunto, enxerga-se na área mais deprimida o vale do ribeirão Tangará e a sua mata ciliar, e no espigão ao fundo, mais distante, a cidade (Figura 1). Então depreende-se que o Conjunto Habitacional José Benedito Catarino foi produzido em um local ermo, ao lado do antigo lixão, separado do restante da cidade e de sua sociedade.

Figura 1 - Rua de acesso ao Conjunto Habitacional José Benedito Catarino com cidade ao fundo



Fonte: Pesquisa de campo, (2019).

Além disso, no local é visível a ineficiente distribuição dos serviços públicos, pois inexistem pontos de ônibus, vias conservadas, áreas verdes, unidades de saúde, escola, etc., algumas das necessidades urbanas essenciais para que se contemple uma urbanização completa e adequada. Este fragmento da paisagem urbana de Cornélio Procópio representa claramente um exemplo da existência de recursos para construção de moradias, o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, e a falta de política urbana e de gestão urbana para sua execução.

De tal maneira é recorrente em várias cidades brasileiras empurrar a população mais desfavorecida e necessitada por moradia para as terras mais baratas encontradas nas cidades, ou seja, muito próximas de áreas contaminadas e vazias, afastadas da mancha urbana. Esta expressiva desigualdade socioeconômica somada à segregação socioespacial reforçam que o direito à cidade não foi reconhecido para esta população, assim como a área que reside não se mostra plena em cumprir a função social da cidade.

A complexidade vertical em Cornélio Procópio: a decomposição do real

No recorte geográfico estudado, indicam-se como condicionantes de sua evolução urbana, os eixos de transporte ferroviário (ferrovia São Paulo-Paraná) e rodoviário (PR-160 e BR-369). Juntamente com os fatores de localização de tal infraestrutura, tais como as condições do relevo, estes eixos viários influenciaram o seu arranjo espacial urbano. Sendo o primeiro deles, a ferrovia São Paulo-Paraná, instalada em 1930 (SIMÕES DE PAULA, 2007), no contexto da expansão cafeeira a partir do território paulista para a porção setentrional do território paranaense. E as rodovias, passado poucas décadas, já na metade do século XX, foram implantadas de acordo com uma nova realidade socioespacial local, que se articulava de modo interesalar com a região e o país.

Durante a segunda metade do século passado a força motriz da economia na região Norte do Paraná, a produção cafeeira, sinalizava um estado de declínio, associado às causas naturais, socioeconômicas e políticas. E, fazendo jus à nova estrutura agrícola regional e nacional que se anunciava, Coy, Klingler e Kohlhepp (2017) explicam que em 1978 o estado do Paraná não concedia mais créditos para produção de café. Além da modernização agrícola, a infraestrutura nacional acompanhava os moldes tecnológicos do período pós-guerra, então, as rodovias estaduais e federais adquiriram supremacia no rol de modalidades de transporte existentes no país, em detrimento das ferrovias que passaram por um processo de sucateamento até a consequente privatização durante a última década do século passado.

A breve contextualização anterior possibilitou inferir que no caso estudado, os eventos geográficos delineados, refletem-se em suas estruturas, assim como nas relações sociais pertinentes a estas, que coexistem com datações diferentes. Pois, a ferrovia, em princípio de iniciativa privada, posteriormente, passando para o poder público na metade do século XX, e a partir da década de 1990 retornou ao poder privado sob a forma de concessão, conduziu grande parte do traçado do tecido urbano de Cornélio Procópio. Desde o período em que seu uso se integrava mais ao cotidiano procopense, devido ao transporte de mercadorias e passageiros, até

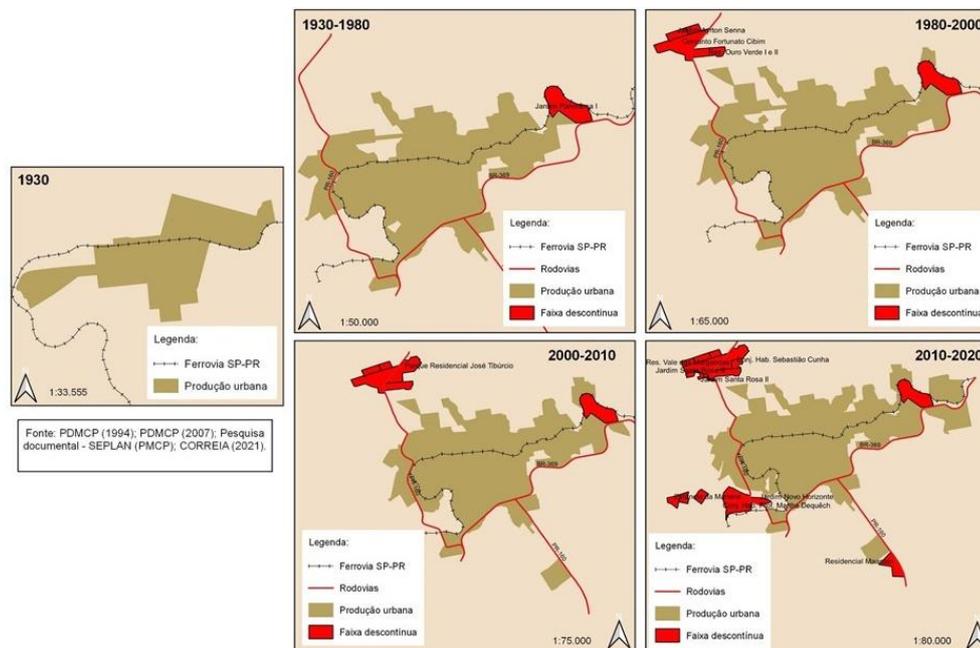
o momento atual em que este eixo apenas utiliza seu território como passagem. As rodovias que atravessam a malha urbana, conectam-se à rede rodoviária estadual e nacional, interligando o município ao restante da região Norte do Paraná e também ao território paulista, e no panorama das mudanças socioespaciais da segunda metade do século passado, reconfiguravam o desempenho de Cornélio Procópio na região do Norte Pioneiro Paranaense, quanto a sua estruturação socioeconômica e ao seu dinamismo urbano.

A produção agrícola diversificada, a modernização da agricultura e as alterações na estrutura agrária consistem em significativas transformações socioespaciais do século XX que influenciaram consideráveis modificações nas cidades, acrescidas ao processo de urbanização. Dentre essas, o recorte geográfico deste estudo, que sincronicamente ao *turning point* brasileiro (GARBOSSA; SILVA, 2016), qual seja a virada demográfica, ocorrida em 1970, quando a população urbana procopense, com 25.827 habitantes, superou a população rural, com 23.969 habitantes (PMCP, 2007). Com isso durante a segunda metade dessa centúria o crescimento urbano demonstrou transformações.

Na primeira metade do século XX, não houve crescimento relativo do perímetro urbano. Já na segunda metade, verifica-se na década de 1960, um considerável crescimento relativo, correspondente ao período da inversão demográfica, sendo o maior registrado ao longo das temporalidades desta expansão territorial urbana. E na década de 1990 também se registrou um aumento relativo do perímetro urbano. No século XXI, o crescimento relativo mais significativo foi verificado durante a última década.

Ao longo dessa dinâmica, os eixos, ferroviário e rodoviários (rodovias PR-160 e BR-369) apresentaram-se como indutores da configuração da malha urbana, que temporalmente e espacialmente, resultou em um arranjo desordenado do ponto de vista da disposição desintegrada de algumas áreas residenciais em relação ao todo do tecido urbano (Mapa 2).

Mapa 2 - Expansão urbana de Cornélio Procópio (PR) e empreendimentos imobiliários em faixa descontínua (1930-2020)



Fonte: Prefeitura Municipal, Planos Diretores (1997 e 2007); Arquivos da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal, Pesquisa Documental (2020); CORREIA (2021). Organização e elaboração: A autora.

O Mapa 2 representa diferentes temporalidades do processo de crescimento do tecido urbano procopense com o sítio original na década de 1930, acompanhando o traçado da ferrovia São Paulo-Paraná. Nesta sequência espacial e temporal, nota-se na década de 1960, o expressivo aumento desta malha e a expansão urbana difusa, seguindo a linha férrea e rumando para as margens das rodovias existentes, a ultrapassar a rodovia BR-369. Identificando neste período de intensa urbanização, a produção urbana em descontinuidade ao tecido urbano com a construção do Conjunto Habitacional Jardim Panorama I. O que enseja os apontamentos teóricos de Sposito e Góes (2013) sobre urbanização difusa, ao afirmar que atualmente há uma dissolução da cidade compacta, pois reconhece-se que esta torna-se cada vez mais dispersa e fragmentada.

Posteriormente na década de 1970 a evolução urbana avança nas porções nordeste, noroeste e oeste. À nordeste preenchendo o espaço entre rodovia BR-369 e ferrovia, à oeste ultrapassando a ferrovia e a PR-160, e à noroeste com a implantação dos conjuntos habitacionais Jardim Ayrton Senna e Fortunato Cibin.

Na década seguinte, 1990, prosseguiu à nordeste, à sudeste e à noroeste, nesta última porção com a instalação do conjunto habitacional Parque Residencial José Tibúrcio em faixa descontínua da malha urbana.

Na última década a cidade expande-se na porção sudoeste com o preenchimento de espaços entre a ferrovia e a rodovia PR-160, transpondo o eixo rodoviário, com as construções de dois conjuntos habitacionais em faixa descontínua: o Conjunto Habitacional Professora Marta Dêquech e o Conjunto Habitacional José Benedito Catarino. Na porção noroeste, a expansão em descontinuidade ao tecido urbano ocorre através do Conjunto Habitacional Sebastião Cunha e do Residencial Ouro Verde I, e à sudeste com a instalação do loteamento residencial aberto Residencial Maanain.

É necessário para a análise o entendimento sobre as estratégias de ação dos diferentes agentes modeladores do espaço urbano na seleção de tais áreas para implantação dos conjuntos habitacionais e loteamentos residenciais abertos nas franjas de expansão da cidade e em descontinuidade ao tecido urbano, para tanto elaborou-se um quadro descritivo considerando a escala espaço-temporal e os atributos espaciais do fenômeno no recorte empírico estudado (Quadro 2).

Quadro 2 - Evolução dos empreendimentos habitacionais produzidos em faixa descontínua ao tecido urbano de Cornélio Procópio (1960-2020)²

Período	Denominação/Ano	Área (m ²)		Nº de lotes	Instituição ou agente de produção urbana
		Total	Lotes		
1960-1989	Jardim Panorama I (1979)	18.957	18.957	39	Prefeitura/ COHAPAR
1990-1999	Residencial Ouro Verde I (1991)	12.122	12.122	492	Cooperativa Nacional de Produção de Moradias (COHESMA)
	Residencial Ouro Verde II (1991)	6.300	6.300	233	Cooperativa Nacional de Produção de Moradias (COHESMA)
	Conjunto Habitacional Fortunato Cibin (1992)	259.044	139.836	634	Prefeitura/ COHAPAR
	Jardim Ayrton Senna (1998)	57.252	34.882	172	Prefeitura
	Conjunto Habitacional Sebastião Cunha (2004)	36.300	23.257	98	COHAPAR
	Parque Residencial José Tibúrcio (2008)	4.785	4.785	107	Prefeitura
	Jardim Padre Paulo Broda (2008)	35.689	26.114	123	Prefeitura
	Conjunto Habitacional Prof. ^a Martha Dequech (2011)	321.650	133.816	667	COHAPAR
	Conjunto Habitacional José Benedito Catarino I (2012)	----	----	129	APROMO (PMCMV)
	Loteamento Segabinazi (2012)	----	----	----	----
	Jardim Santa Rosa I (2013)	----	----	----	Teruo Takahashi

² A falta de informação em algumas colunas deste quadro deve-se à ausência de documentação específica a respeito de tais unidades urbanas no acervo público consultado durante o período de realização da pesquisa documental para este estudo.

2000-2020	Jardim Santa Rosa II (2013)	7.935	5.158	25	Teruo Takahashi
	Jardim Santa Rosa III (2013)	21.361	12.252	65	Teruo Takahashi
	Residencial Maanain (2013)	143.050	77.705	248	Manacá Negócios Imobiliários Ltda.
	Residencial Vale das Margaridas (2013)	----	----	----	----
	Residencial Estância da Marlene (2014)	53.915	33.990	177	Residencial Estância Marlene Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
	Jardim Novo Horizonte (2015)	70.146	41.402	161	Incorporadora e Loteadora Pioneira Ltda.
	Conjunto Habitacional José Benedito Catarino III (2019)	48.107	48.107	238	APROMO (PMCMV)

Fonte: Arquivos da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal, Pesquisa Documental (2020); CORREIA (2021). Organização e elaboração: A autora.

Entre 1960 e 1980, o Conjunto Habitacional Jardim Panorama I³ envolveu o poder público municipal que doou uma porção de terras para Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR)⁴ para construção de moradias populares.

No período 1990-2000 foram construídos quatro conjuntos habitacionais em descontinuidade ao tecido urbano procopense. Na porção noroeste, o Residencial Ouro Verde, empreendimento imobiliário da Cooperativa Nacional de Produção de Moradias, empresa particular, que construiu na seção I, 492 casas populares com 24,64 m², e na seção II, foram 233 residências com 27,04 m².

O Conjunto Habitacional Fortunato Cibin, na porção noroeste, dispôs de lotes para fins residenciais e comerciais, sendo que alguns lotes já discriminados no projeto de implantação foram doados para pequenas indústrias e comércio. Com relação às unidades habitacionais forneceu-se três projetos arquitetônicos, a critério do proprietário, quais sejam: casas Tipo A (69,65 m²); casas Tipo B (49,73 m²); casas Tipo C (27,67 m²) (COSTA, 1998).

E o Conjunto Habitacional Jardim Ayrton Senna, teve como agente produtor do espaço urbano, a prefeitura municipal, que iniciou seu projeto em 2001, com a contratação dos serviços de arquitetura e urbanismo. Segundo memorial urbanístico este loteamento popular foi construído para enfrentar o alto déficit habitacional existente. Sua implantação ocorreu em uma área de 57.252,63 m², esta extensão territorial originou-se de desmembramento de uma gleba

³ Esta área residencial foi ampliada no final da década de 1980 por meio da construção do Jardim Panorama II com mais 99 habitações populares, não consideradas neste quadro tipológico, pois neste período a expansão urbana se desenvolvia em faixa contígua nesta parte da cidade.

⁴ Fundada em 1965, empresa de economia mista, atua na coordenação e execução dos programas habitacionais do governo do Estado do Paraná. Sua atuação ocorre por meio de articulação com o governo federal, prefeituras e demais órgãos estaduais, além da iniciativa privada (COHAPAR, 2021).

maior, que foi desapropriada pelo poder público municipal, e também de áreas remanescentes do conjunto habitacional próximo, o Conjunto Habitacional Fortunato Cibim (HOREVICZ, 2004).

Com o objetivo de facilitar o acesso às camadas de renda mais baixa os lotes foram vendidos por um custo baixo e as unidades habitacionais foram erigidas, preferencialmente, pelos próprios proprietários ou através do sistema de mutirão com ou sem a participação de programas habitacionais da esfera administrativa estadual ou federal (MEMORIAL URBANÍSTICO, 2004).

No século XXI, no período 2000-2020, construiu-se seis conjuntos habitacionais em faixa descontínua: três na porção noroeste e três na porção sudoeste. Na porção noroeste, no Conjunto Habitacional José Tibúrcio, foram edificadas 70 moradias populares do Tipo A com 50,92 m² e 37 do Tipo B com 33 m², e também o Conjunto Habitacional Sebastião Cunha com 98 unidades habitacionais. Na porção sudoeste houve a construção dos conjuntos habitacionais José Benedito Catarino e Prof.^a Martha Dequêch. O Conjunto Habitacional José Benedito Catarino, dividido até o presente, apenas em duas seções: a seção I com 129 habitações e a seção III, ainda não totalmente finalizada, contemplando 238 moradias populares.

O Conjunto Habitacional Prof.^a Martha Dequêch prevê a instalação de 667 unidades residenciais em duas fases de construção, na primeira fase 397 moradias e na segunda 270, sendo que este ainda não está completamente concluído. Contudo, ao longo deste processo, verificou-se a existência de nascentes em três quadras com lotes habitacionais, sendo então transformadas em lotes de preservação permanente com restrição de uso. Esta alteração do projeto de implantação salienta uma falha técnica e o alto risco de cometimento de crime ambiental. Entretanto, de acordo com Correia (2021), comprovou-se a inexistência das nascentes, e tais quadras voltarão a ser destinadas para uso residencial.

Os loteamentos abertos construídos em descontinuidade ao tecido urbano totalizam sete unidades, sendo estes: Residencial Maanain, na porção sudeste; Estância da Marlene e Jardim Novo Horizonte, na porção sudoeste; Santa Rosa (I, II e III) e ainda Residencial Vale das Margaridas e Loteamento Segabinazi, na porção noroeste.

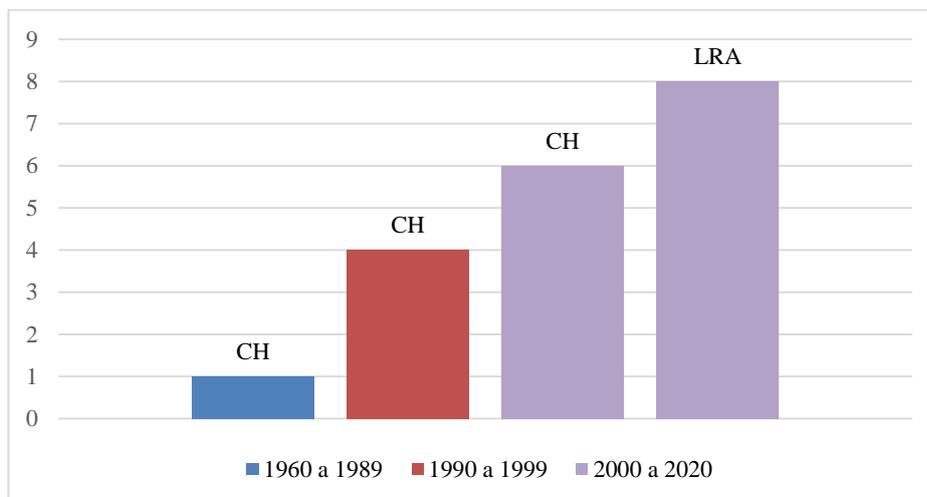
Nesta decomposição da segregação socioespacial em Cornélio Procópio, examinou-se que a produção em faixa descontínua do tecido urbano foi sendo alterada com o tempo, assim determinada área residencial, geralmente conjunto habitacional, no caso estudado, foi sendo anexada a malha urbana contígua, quando esta se expandiu até a sua localização. Em tal contexto está o Conjunto Habitacional Jardim Panorama I que além de ser ampliado, foi incorporado à malha antes do final do século XX, deixando de localizar-se em porção

descontínua, já que este conjunto foi o único implantado em zona de expansão urbana, de acordo com o Plano Diretor Municipal de 2007. Pois, os conjuntos habitacionais e loteamentos residenciais abertos instalados na porção noroeste, segundo o zoneamento urbano, encontram-se em zona urbana de uso controlado, e as produções urbanas da porção sudoeste e sudeste, situam-se fora do perímetro urbano mediante Plano Diretor Municipal de 2007. O perímetro urbano está disposto em lei datada de 2008, mas segundo Correia (2021), a delimitação do perímetro atual conformou-se através de leis individuais conforme a expansão urbana foi se desenvolvendo, e nova lei está sendo elaborada. Assim, atualmente o município não possui lei de perímetro urbano correspondente à delimitação real de sua área urbana.

A produção urbana em posição descontínua ao tecido urbano caracteriza a prática de especulação fundiária, que segundo Corrêa (2003), gera valorização fundiária de terrenos intencionalmente localizados entre os loteamentos e o espaço urbano contínuo, e sobre tal consideração, importa-se mencioná-la, pois tal prática é recursiva na problemática estudada.

Depreende-se que, predominantemente, a produção urbana em descontinuidade ao tecido urbano de Cornélio Procópio, materializou-se por meio da implantação de conjuntos habitacionais (Gráfico 1) no decorrer das temporalidades abordadas. Durante o século passado e a primeira década do atual, o poder público municipal mostrou-se mais diretamente atuante nas políticas públicas em prol de moradias populares, seja como proprietário destes empreendimentos ou como doador de terras públicas para sua instalação. No século atual, existem dois conjuntos habitacionais que dispuseram de recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, o Conjunto Habitacional José Benedito Catarino, até o momento, erigido com as seções I e III, e o Conjunto Habitacional Prof.^a Martha Dequêch. Neste século a produção urbana em faixa descontínua dividiu-se em loteamentos residenciais abertos de iniciativa privada e conjuntos habitacionais, sendo que os primeiros foram produzidos em maior quantidade.

Gráfico 1 - Conjuntos habitacionais e loteamentos residenciais abertos em faixa descontínua (1960-2020)



Fonte: Arquivos da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal, Pesquisa Documental (2020).
Organização e elaboração: A autora.

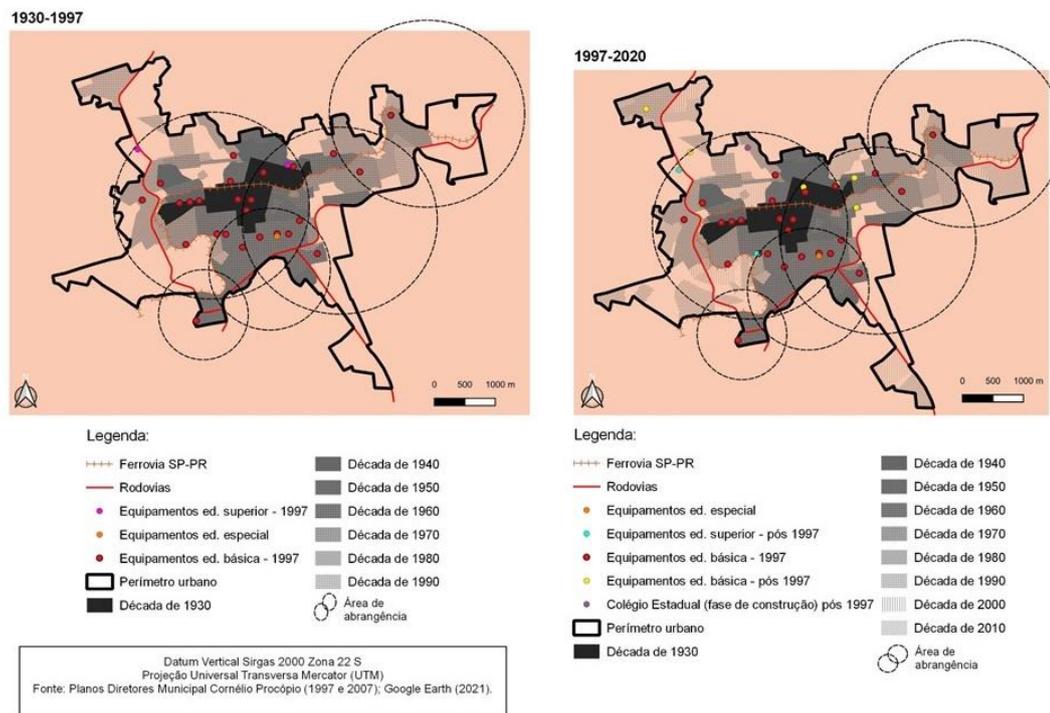
Quanto aos loteamentos residenciais abertos em faixa descontínua ao tecido urbano observou-se que nas porções noroeste e sudoeste, onde predominam os conjuntos habitacionais, estes produtos imobiliários não apresentam grandes extensões, são os casos dos loteamentos Santa Rosa I, II e III, Jardim Novo Horizonte e Residencial Estância da Marlene, respectivamente. De porte maior, distingue-se, o loteamento Residencial Maanain, na porção sudeste, localizado ao lado de um condomínio horizontal fechado, os dois de propriedade do mesmo incorporador fundiário.

Este tipo de produto imobiliário localizado distante do centro principal da cidade, utiliza-se de algumas informações infidas quanto à localização e entorno em seu usual conteúdo de *marketing* urbano. Como por exemplo, o Residencial Estância da Marlene, que em site comercial anuncia os lotes com 180 m² e 200 m² da seguinte forma: área nobre; 10 minutos do centro; posto de saúde, escolas e mercado ao redor, próximo ao novo hospital regional (MGF IMÓVEIS, 2020). Quando sua localização, na realidade, refere-se a uma porção descontínua da malha urbana, adjacente do “antigo lixão” e de terras rurais com pastagens e afastada dos equipamentos comunitários, pois estes encontram-se em outras áreas residenciais e ainda estão em fase de construção, como o hospital regional. A indicação de distância empregada no anúncio também é enganosa, pois a unidade de medição de tempo percorrido é relativa, e não objetiva.

A ênfase dada para tais atributos espaciais estende-se aos demais empreendimentos aqui destacados, que caracterizam a produção urbana em faixa descontínua, e o fenômeno da segregação socioespacial, neste recorte geográfico, qual seja a ociosidade do Estado nestas

áreas e a ausência de infraestrutura urbana – estabelecimentos de educação, unidades básicas de saúde, áreas verdes, estabelecimentos culturais, de esportes e lazer etc. Como não há espaço para todas as evidências espaciais referidas, opta-se por demonstrar tal deficiência através da evolução dos equipamentos sociais de educação neste espaço urbano e suas respectivas áreas de abrangência segundo o Plano Diretor Municipal elaborado em 1997 (Mapa 3).

Mapa 3 - Evolução urbana de Cornélio Procópio e a distribuição dos equipamentos sociais de educação



Fonte: Prefeitura Municipal, Planos Diretores (1997 e 2007); Google Earth (2021). Organização e elaboração: A autora.

A escala espaço-temporal representada no mapa acima, deve-se à referência técnica, base para esta análise da evolução da distribuição dos equipamentos sociais de educação. No primeiro Plano Diretor Municipal de Cornélio Procópio, datado de 1997, na representação gráfica a respeito do tema, definem-se as indicadas áreas de abrangência, porém sem o devido estabelecimento de algum critério para tais delimitações, ou seja, não há a especificação de um raio ideal para a instalação dos estabelecimentos educacionais na malha urbana.

Avaliando a localização dos equipamentos públicos de educação superior e os estabelecimentos da educação básica (públicos e privados) e de educação especial ao longo do período 1930-1997, nota-se que de um modo geral, estes se concentram na área de abrangência, nas áreas de ocupação urbana até meados do século passado. E a noroeste, já se identifica uma área com uso predominantemente residencial em faixa descontínua, construída na última

década do século XX, totalmente fora do alcance desse serviço. No período 1997-2020, observa-se, que embora houve um ínfimo aumento das unidades de educação básica (públicas e privadas), apenas na porção noroeste foi instalado um estabelecimento educacional. As demais áreas segregadas nas porções sudoeste e sudeste, resultado da expansão urbana nesta temporalidade, não foram atingidas por este equipamento urbano.

No entanto, dois dos sete estabelecimentos educacionais instalados após 1997, não geraram gastos públicos, pois consistem na coabitação entre instituições municipais e estaduais de ensino que compartilham o mesmo espaço físico, condições permitidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o que elucida a falta de prioridade para este setor de promoção social no país.

As porções desprovidas deste equipamento público atualmente são as áreas segregadas situadas em faixa descontínua, correlatas das áreas de expansão da cidade, entretanto, estas porções não se localizam no interior da área de abrangência à nordeste, que também corresponde à zona de expansão urbana, de acordo com o último Plano Diretor Municipal de 2007. Em razão disso entende-se que este espaço urbano se expandiu em desacordo ao planejamento urbano estabelecido oficialmente e em clara conformidade com a lógica capitalista dos empreendedores imobiliários, não obstante, ocasionando sólidos danos sociais para a população residente nas bordas periféricas de Cornélio Procópio.

Dinâmica segregadora da produção urbana em Cornélio Procópio: compreendendo sua gênese, contradições e possibilidades para construção do virtual

O espaço geográfico, entendido como produto histórico e social, destaca-se em tal acepção que este vai além “da concentração-distribuição de pessoas, equipamentos coletivos, infraestrutura e atividades produtivas” (ALVAREZ, 2013, p. 112), porquanto, em relevo, o espaço é “condição e meio da reprodução do capital” (ALVAREZ, 2013, p. 112). Os ritmos e condicionantes do processo de segregação são variados, resguardando, logicamente, as especificidades da forma como historicamente se caracterizou a urbanização e a respectiva atuação do Estado numa perspectiva local e global (ALVAREZ, 2013).

O processo de urbanização de Cornélio Procópio em continuidade geográfica à escala nacional teve impulso na segunda metade do século XX, tendo a atuação marcante do Estado na produção pública de habitação para a baixa renda, no sentido de solucionar o déficit habitacional já existente. Neste decurso de tempo, a produção espacial urbana desencadeou-se sem obediência a qualquer diretriz urbanística em benefício de uma urbanização completa e

adequada, logo problemas quanto à concentração e distribuição dos equipamentos e serviços urbanos e à desintegração de certas áreas exclusivamente residenciais emergiram em seu tecido urbano, evidenciando o fenômeno da segregação socioespacial.

Das áreas residenciais segregadas no século passado, apenas o Conjunto Habitacional Fortunato Cibin previa também a instalação de pequenas indústrias e estabelecimentos comerciais, geralmente, os demais projetos imobiliários possuem apenas área dos lotes habitacionais, área das ruas, áreas verdes e áreas institucionais. Vale ressaltar que nas áreas verdes e institucionais reservadas à atuação do Estado, comumente não se identifica tal ação. No século XXI, embora a dinâmica demográfica de Cornélio Procópio manteve-se estacionária, o déficit habitacional persiste, no entanto, verifica-se uma redução do papel do Estado, compreendendo-se cada vez mais a produção do espaço urbano como condição para reprodução do capital em um modelo urbano neoliberal, dada a atuação crescente do poder privado neste processo espacial.

A segregação é “um processo espaçotemporal e não apenas como um fato, possibilita tratá-lo em múltiplas escalas (da área residencial à da cidade), e em múltiplas dimensões” (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 280). Assim nas escalas residencial e intraurbana, segundo as mesmas autoras, o tecido urbano apresenta uma tendência de espraiamento, configurando-se através de assentamentos humanos dispersos e descontínuos, configuração espacial possibilitada na contemporaneidade por causa da generalização do uso do transporte automotivo, que gera “um mosaico de mesclas entre espaços de concentração e espaços de dispersão” (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 45).

Em corroboração a tal tese, ao longo da produção histórica e social do recorte espacial estudado, exemplificou-se tanto a concentração, quanto à dispersão presente neste espaço, com relação à configuração espacial dos equipamentos sociais de educação em ambas as escalas, contraditoriamente ao aumento das áreas residenciais e o crescimento da malha urbana. A exemplo do vínculo entre dispersão urbana e uso generalizado de veículos automotivos, paralelamente ao processo de instalação do loteamento residencial aberto Estância da Marlene há uma solicitação junto ao poder público para construção de um posto de combustível anexo ao empreendimento.

A dispersão urbana desassociada da distribuição regular dos equipamentos educacionais, exemplificada aqui, está em contradição às principais propriedades da centralidade urbana exercida, atualmente, por Cornélio Procópio no Norte Pioneiro Paranaense, isto é, a prestação de serviços em educação através do funcionamento de duas instituições públicas de ensino superior.

Nas áreas segregadas, desde a intensificação da segregação socioespacial na segunda metade do século passado, das quatro porções da cidade produzidas em descontinuidade ao tecido urbano no transcurso deste processo até o século atual, duas são servidas por estabelecimento educacional da rede básica de ensino.

Dando ênfase ao desinteresse do poder público para com as populações residentes nestas porções da cidade, completa-se o raciocínio afirmando que “[...] para o morador interessa que, quanto maior for a frequência da demanda, mais fácil deve ser o acesso a esse comércio ou serviço” (CAMPOS FILHO, 2010, p. 18). Destarte, segundo o mesmo autor, é um objetivo desejável da população de baixa ou média renda nos bairros, que os equipamentos e serviços urbanos, sobretudo, da rede pública municipal, sejam facilmente acessíveis com a garantia de qualidade e de atendimento por uma gestão compartilhada (CAMPOS FILHO, 2010). Trata-se de direito, o direito à cidade, que no recorte empírico analisado não é levado a efeito, e este de acordo com Lefebvre “só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2001, p. 117-118, grifo do autor), e ainda segundo ele, quando se trata de cidade “o passado, o presente, o possível não se separam. É um *objeto virtual* que o pensamento estuda [...]” (LEFEBVRE, 2001, p. 106-107, grifo do autor).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção espacial urbana de Cornélio Procópio, com destaque para as suas áreas descontínuas, assim como nos dizeres de Carlos (2011), assenta-se nos planos econômico, político e social. No econômico, tem se desenvolvido através do lucro dos loteadores privados e incorporadores imobiliários; no político, é produzida por meio de um planejamento que combinado aos interesses do setor imobiliário, age estrategicamente através de práticas segregadoras; e no social, como bem mostrou-se neste artigo, segundo Carlos (2011) encontram-se as evidências dos conflitos sociais, ou seja, as necessidades para realização da vida humana na cidade que se contrapõem ao econômico e político, e na justaposição entre morfologia social e morfologia espacial, expressam-se sob a forma de segregação nas áreas desintegradas e separadas do todo social, onde não reconhece-se o direito à cidade.

Os resultados da pesquisa foram alcançados por meio do método regressivo-progressivo lefebvrino através dos três momentos distintos já expostos. No momento descritivo, a descrição atual da segregação socioespacial no recorte geográfico estudado revelou aspectos pertinentes de sua complexidade horizontal como o diagnóstico de uma produção espacial urbana que é desregrada e desintegradora corroborando com a tendência segregadora do espaço.

Ainda descrevendo a dinâmica segregadora do espaço urbano procopense, identificou-se a ocupação urbana nas bordas periféricas da cidade, e com o propósito de aprofundar a análise caracterizou-se a produção espacial urbana em faixa descontínua ao tecido urbano, considerando a quantidade de áreas residenciais, o tipo de produto imobiliário e a posição na malha urbana. Foi exemplar a abordagem descritiva da paisagem do Conjunto Habitacional José Benedito Catarino como evidência das consequências socioespaciais da segregação urbana vivida em cada uma das 18 áreas residenciais dispostas em faixa descontínua.

No momento analítico-regressivo foi possível compreender as diferentes temporalidades e ao mesmo tempo a coexistência dos fenômenos urbanos responsáveis pela atual configuração da malha urbana e sua característica segregadora, destacando-se a presença dos eixos de transporte ferroviário e rodoviário como principais indutores do crescimento urbano e a relação dos mesmos com o surgimento das áreas segregadas em faixa descontínua ao longo de uma escala temporal (1930-2020) e espacial – a malha urbana do distrito sede de Cornélio Procópio. Novamente foi apresentada uma evidência da segregação socioespacial, e dessa vez, a espacialização da expansão urbana demonstra que há um processo de dispersão das áreas residenciais desajustado à instalação de equipamentos sociais de educação, por exemplo.

Finalmente no momento histórico-genético reforçou-se a verificação dessas contradições, dispersão das áreas residenciais versus concentração de equipamentos sociais de educação, que são intrínsecas à dinâmica urbana segregacionista que marca a expansão da cidade. Fortalece-se a comprovação de tais contradições quando se afirma que a presença dos equipamentos urbanos relativos à promoção social é necessária e desejável para uma vida urbana plena e adequada. Contudo o Estado, neste caso em sua instância administrativa municipal, tem se mostrado omissos na garantia desse direito para a população residente das áreas descontínuas, ou seja, fora da área de abrangência da oferta educacional existente. Considerando que das três áreas descontínuas localizadas nas porções noroeste, sudoeste e sudeste da malha urbana, apenas uma, que se localiza à noroeste, teve a instalação de um estabelecimento de ensino.

Sem a intencionalidade conclusiva e diante da necessidade de investigações e reflexões futuras acerca da problemática urbana aqui levantada, a segregação socioespacial e a ausência do direito à cidade em Cornélio Procópio, para perseguir outros objetivos no campo desta pesquisa social, vale-se das palavras de Carlos (2020, p. 353) que diz “não existe pensamento sem utopia (sem exploração do possível) e não existe pensamento sem referência a uma prática” por que “um novo problema não sai do bolso do colete do pesquisador, mas surge à investigação

porque antes se torna um tema para consciência social” (MARTINS, 2000 apud CARLOS, 2020, p. 351).

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: In: VASCONCELOS, P. de A. et al. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 111-126.

CAMPOS FILHO, C. M. **Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 222 p.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008. 271 p.

CARLOS, A. F. A. Da organização à produção do espaço. In: CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 63-90.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 349-369, 2020.

COHAPAR. **A Cohapar**. Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br/Pagina/Cohapar#>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2003. 94 p.

CORREIA, A. M. **Entrevista: Adilson Marcelino Correia**. Cornélio Procópio: Projetista da Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio, 2021. Entrevista concedida à Coaracy Eleutério da Luz.

COSTA, K. G. de S. T. **Memorial descritivo: Conjunto Fortunato Cibin**. 1998. No prelo.

GARBOSSA, R. A.; SILVA, R. S. **O processo de produção do espaço urbano: impactos e desafios de uma nova urbanização**. Curitiba: Intersaberes, 2016. 261 p.

HOREVICZ, E. C. S. **Memorial urbanístico: Jardim Ayrton Senna**. 2004. No prelo.

KOHLHEPP, G. et al. De frontier até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-ecológico. **Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 30, 2017.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Tradução de Jávier González-Pueyo. Barcelona: Península, 261 p.

LEFEBVRE, H. O direito à Cidade. In: LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. p. 105-118.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

MGF IMÓVEIS. Disponível em: <<http://pr.mgfimoveis.com.br/pr-cornelio-procopio-terreno-novo-bairro-em-cornelio-procopio-180m-200m-40050832>> Acesso em: 28 jul. 2020.

NEGRI, S. M. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis, v. 7, n. 8, p. 129-153, 2008.

PMCP. **Plano Diretor Municipal:** Cornélio Procópio. 2007.

ORTIGOZA, S. A. G. As possibilidades de aplicação do método de análise regressivo-progressivo de Henri Lefebvre na Geografia Urbana. In: GODOY, P. R. T. (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 157-186.

RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M. Política habitacional e políticas sociais: urgências, direitos e negócios. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 165-183.

SIMÕES DE PAULA, E. Cornélio Procópio. In: FRESCA, T. M. et. al. (orgs). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. 1. ed. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 19-49.

SOUZA, C. B. G. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço da Amazônia. **Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 5, 2009.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. Urbanização difusa, cidades médias e novos habitats urbanos. In: SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação**. São Paulo: Unesp, 2013. p. 41-60.

TREVIZANI, E. **Morador do Conj. José Benedito Catarino se revolta com “casa que inunda de dentro para fora”**. 2015. Disponível em: <<http://www.anuncifacil.com.br/posts/detalhes/23255>> Acesso em: 12 mar. 2021.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. de A. et al. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-38.

VIEIRA, S. G. **O centro vive**. O espetáculo da revalorização do centro de São Paulo: sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço. 2002. 546 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2002.

VOLOCHKO, D. Nova produção das periferias urbanas e reprodução do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2018. 191 p. p. 105-127.